

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

##### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.



### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 232.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 21 novembro de 1973 — (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Domicílio Scaramella.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicílio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva e Antônio Maciel (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Ivo Rocha e Rosário Pitelli (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 45 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 234-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 26-70, de autoria do Dep. João Mansur, que veda às Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, incluir em seus Estatutos, dispositivos prevendo participação de seus diretores, nos lucros que por ventura venha a produzir. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Em discussão.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — (Para encaminhar a votação).  
— Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Proponho-me, apenas, em breves palavras, encaminhar a votação do presente Projeto de Lei vetado por S. Exa. o Sr. Governador do Estado. E se assim o procedo, neste momento, porque não me cabe o direito de prejudicar a decisão da Casa sobre matéria de tão elevada importância. Porque, na verdade, esta Assembléia já se manifestou sobre a matéria e, por unanimidade, aprovou o Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado João Mansur. As Comissões Técnicas também se anteciparam ao voto do Plenário e se manifestaram favoravelmente ao Projeto de Lei. Entretanto, houve por bem o Sr. Governador do Estado, vetar a proposição. E, desta forma, volta o assunto à apreciação da Casa, para, novamente, ser submetida a votação dos Srs. Deputados. O próprio Deputado Ivo Thomazoni Líder do Governo, requereu, quando tramitava por esta Casa o referido Projeto de Lei, que o mesmo fosse retirado, por 30 Sessões, a fim de que sofresse melhores estudos. S. Exa., por certo, havia retirado o Projeto de Lei com aquela finalidade. E, naturalmente, o estudou carinhosamente. Tanto assim que, decorridos os 30 dias, S. Exa. votou favoravelmente ao mesmo.

Hoje, volta o Projeto a Plenário. E cabe, nesta oportunidade, apenas encaminhar a votação, pedindo que o veto seja mantido. Não me cabe, uma vez mais, prejudicar a atitude dos Srs. Deputados. Aguardo a decisão da Casa para, depois dela, no devido tempo, me pronunciar com referência à matéria.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Infelizmente, o Regimento não permite.

O Sr. Erondy Silvério — Mas, a liberalidade do Sr. Presidente me permitirá este aparte. E devo dizer que, se não fosse invadir a atribuição do legislador federal, e se o Código Tributário não vetasse, colocaria uma Emenda, neste Projeto, isentando os Diretores das Companhias de Economia Mista do pagamento do Imposto de Renda. E só isso que falta, porque eles vão ganhar 50 milhões a mês, por mês. Então, se se isentasse o pagamento do Imposto de Renda dos mesmos, seria bem melhor. E pena que não possamos apresentar Emenda nesse sentido, porque seria invadir área estranha.

Muito obrigado a V. Exa. por ter me concedido este aparte, e também meus agradecimentos a liberalidade do Sr. Presidente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa. e quero, mais uma vez, reafirmar, com seriedade, meu ponto de vista, embora esta Casa já tenha deliberado sobre a matéria. O próprio Líder do Governo, a quem cabia a responsabilidade de decidir, nesta Casa, em nome do Governo, foi o autor da retirada do Projeto por 30 dias, da Ordem do Dia. Justificava S. Exa. que tinha, naquela oportunidade, necessidade de estudar o assunto. Pois bem, S. Exa., com a inteligência que todos reconhecemos, procedeu os estudos. E, ao final de 30 dias, devolveu o Projeto e votou pela sua aprovação. Hoje, S. Exa. tem oportunidade de se manifestar, novamente, sobre a matéria, e fazer com que a mesma seja derrubada.

E pena que não possamos acatar a Emenda do nobre Deputado Erondy Silvério porque, de fato, ela é inteiramente improcedente.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por um imperativo de disciplina partidária, obedego no sentido de se manter o veto. Mas não sem antes fazer umas considerações que me parecem necessárias na apreciação desse Projeto de Lei.

Considero de nobre inspiração o Projeto de autoria do Deputado João Mansur, que veda a participação de Diretores de Sociedade de Economia Mista, a qualquer título, participação nos lucros das empresas comandadas pelo Poder Público. Inspiração ética e, principalmente, muito racional, porque empresas públicas existem que a despeito de muitas vezes serem mal geridas, produzem rentabilidade assegurada, uma vez que não disputam mercado.

A vedação da participação dos Srs. Diretores nos lucros dessas empresas, viria sanar uma anomalia na Administração Pública. Considero, pois, im-

procedente que o Sr. Governador do Estado, por essa mesma Assembléia, proponha novo Projeto, pelo menos atenuando essa grave anomalia, que é a participação dos Diretores nos lucros das Sociedades de Economia Mista.

De maneira que quero de antemão, justificar o meu voto, que é pela manutenção do veto, mas reconheço a imperiosa e premente necessidade de se limitar ainda mais a participação direta nos lucros das empresas, porque não tem respaldo ético e muito menos de ordem gerencial ou empresarial.

Assim, eu proponho que esta mesma Casa, ou o Poder Executivo, encaminhem um Projeto dando mais ênfase a esse problema que reputo de grande importância e relevância.

Era o depoimento que queria deixar registrado nos Anais da Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Proposição n.º 234-73. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 233.ª Sessão Ordinária Realizada em 21 novembro de 1973 — (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Jorge Sato, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes e Alvaro Dias.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicílio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Antônio Belinati — Emílio Carazzai e Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Rosário Pitelli e Ivo Rocha (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E :

MENSAGEM:

MENSAGEM 105-73

Senhor Presidente.

Curitiba, 14 de novembro de 1973.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 8 de novembro de 1973, pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado dos Negócios da Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o Município de Rancho Alegre, objetivando a construção, na sede do referido município, de um prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE

Tremo de Convênio entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Rancho Alegre, como abaixo se declara:

Aos oito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e três, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Fortes; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — na presença do Exmo. Sr. Secretário de Estado Eng. Osiris Stenghel Guimarães — por seus Diretores Geral, Técnico e Administrativo, Ilmos. Srs. Engenheiro Civil Rolf Lunkmoss de Christo, Engenheiro Civil Victor Volpi e Bacharel Ivo Casagrande; e a Prefeitura Municipal de Rancho Alegre — consoante autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 194, de 23-6-73 — daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Jarbas Thomazinho, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no processo de protocolo n.º 6.136/73 - D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Rancho Alegre, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do Projeto/D.E.O.E. n.º 5.545 e da Especificação/D.E.O.E. n.º 11/70.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte da administração e em concreto armado na parte das celas (total de quatro), com área global de 98,13m<sup>2</sup> (noventa e oito metros e treze decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs. 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno transferido por doação ao patrimônio do Estado do Paraná consoante transcrição n.º 7.957 do Livro 3-H



do Registro de Imóveis da Comarca de Uraí, deste Estado, terreno este constituído da data n.º 7 da Quadra Urbana n.º 4 da cidade de Rancho Alegre, com área total de 780,00 m<sup>2</sup> (setecentos e oitenta metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos, contados a partir da data a ser fixada pelo Departamento em sua autorização para início dos trabalhos.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, previamente indicado pela Prefeitura Municipal e aprovado pelo Departamento.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais e outras, inclusive das que resegurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento do exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Saúde, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou conernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a permanente fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando a primeira com a importância de Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros), e a segunda com o "quantum" necessário ao suporte das despesas que excederem aquela importância.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança dar-se-á à conta de recursos do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alertada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), com base no empenho de verba específico e a favor da Prefeitura Municipal extraído em 26-10-73, sob n.º 115-73 cujo valor mediante processamento competente será depositado na Tesouraria/D.E.O.E.

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão pela Tesouraria/DEOE mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento em 3 (três) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) quando integralmente executadas as fundações;

3.2.2 — Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) quando integralmente executada a cobertura;

3.2.3 — Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) quando concluídos os demais serviços e recebida a obra em conformidade com o disposto no item 4.1 deste instrumento.

#### CLAUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por três Engenheiros do Departamento, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — A Comissão poderá ser integrada, além dos Engenheiros do Departamento, por um representante da Secretaria da Segurança, devidamente qualificado e credenciado.

4.1.2 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito de imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

#### CLAUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

#### CLAUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Dos Casos Omissos e das Dívidas, e do Foro

7.1 — Os casos omissos e as dívidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencionalmente estas, desde já o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as questões que dele surjam.

#### CLAUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Subsidiariamente se aplicarão, ao presente convênio, as disposições das leis e dos decretos em vigor, nos casos nele não expressamente regulados.

#### CLAUSULA NONA — Da Validade e Vigência

9.1 — O presente convênio se tornará válido e vigente após a sua publicação no Diário Oficial do Estado, cumpridas as formalidades legais.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 6 (seis) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado

Osiris Stenghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas

Jarbas Thomazinho — Prefeito Municipal de Rancho Alegre

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

Victor Volpi — Diretor Técnico do D.E.O.E.

Ivo Casagrande — Diretor Administrativo do D.E.O.E.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, solicitando inclusão na Ordem do Dia, dos Projetos de Lei nos. 217-73, 220-73 e 221-73, em Regime de Urgência.

— de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 273-73.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. seja consignado em Ata um voto de Congratulações ao Professor Edwaldo Labatut, Superintendente do Ensino Superior do Paraná, pela entrevista concedida à "Folha de Londrina", no último dia 14, sob o título "Não há reforma sem harmonia entre ensinos médio e superior", em que se destaca o seguinte tópico: "considerando-se ser injustificável que o Norte do Paraná não conte ainda com uma Faculdade de Agronomia dada sua condição de grande produtor agrícola".

Solicita-se que desta decisão se dê ciência ao Professor Edwaldo Labatut. Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1973.

(a) Olavo Ferreira

#### JUSTIFICATIVA:

A explanação feita pelo Professor Edwaldo Labatut evidencia o seu profundo conhecimento de nossos problemas educacionais assim como os seus propósitos de bem servir à causa do ensino, alertando as autoridades e oferecendo soluções às mais momentosas deficiências que o nosso sistema apresenta.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, Requem. ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de congratulações e louvor ao Senhor Deputado Iris Mário Caldart e aos funcionários deste Poder Fausto Luiz Abry, Flodoaldo Trindade, Gerson Nemes, Antônio Sebastião da Cunha Gebran e Laertes Luiz Foggiato, por haverem concluído o Curso de Segurança e Desenvolvimento, da Delegacia da Associação dos Diplomados da Escola de Guerra, no Paraná.

O acontecimento é altamente significativo e se reveste de expressivo valor, eis que, foram três meses de curso intensivo em que 120 estagiários assistiram aos ciclos de conferências sobre Doutrina de Segurança Nacional e Conjuntura Nacional e acompanharam uma série de exposições sobre a realidade paranaense. Passando à fase de aplicação, produziram trabalhos em grupos sobre Metodologia da Escola Superior de Guerra, Levantamento dos Objetivos Estaduais Atuais, Identificação dos Fatores Adversos à Industrialização do Estado, Potencial do Paraná como Estado Exportador, e, com um ensaio das perspectivas industriais do Paraná, completaram o terceiro e último período do Curso.

Assim sendo, e pelo exposto, pedem, outrossim, uma vez aprovado o presente, se inclua na Folha de Assentamentos Funcionais dos servidores supra nominados o voto de congratulações e louvor em apreço.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1973.

(aa) Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet e Ivo Thomazoni

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que abaixo subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicitam de V. Exa. seja consignado em Ata o agradecimento desta Casa ao Rvmo. Arcebispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto, pelo envio aos seus componentes de belíssimo exemplar da Bíblia Sagrada, sem dúvida, a orientação mais segura das lides legislativas.

Solicita-se também, que da aprovação desta Proposição se dê conhecimento a S. Rvma.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1973.

(aa) Olavo Ferreira, Antônio Costa, Luiz Roberto Soares, Ivo Thomazoni,

Arthur de Souza, Quilse Cristóvão, Francisco Escorsin, Alvaro Dias, Sebastião Rodrigues, Iris Caldart, Muggiati Filho, Jorge Sato, Erondy Silvério, Gvidio Franzoni, Gilberto Carvalho, Fabiano Braga Côrtes, Igo Losso, Aguilnaldo Pereira Lima, Emílio Carazzai, Borsari Netto e Paulo Poli.

#### JUSTIFICATIVA:

D. Pedro Fedalto, com o slogan "A Bíblia é a Resposta", enviou a cada membro deste Poder um exemplar da Bíblia Sagrada.

Achamos justo que esta Assembléia manifeste o seu reconhecimento ao belo gesto de nosso Arcebispo Metropolitano.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer. após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Copel, expediente solicitando providências no sentido de se dotar de energia elétrica os populosos distritos de Santa Mariana, Linha Seca e Santa Salete no Município de Manoel Ribas, bem como Nova Thebas e o patrimônio de Alvorada pertencente ao Município de Pitanga.

Tal providência viria beneficiar extraordinariamente a Região que conta com diversas pequenas indústrias, e onde se desenvolve acentuadamente as lavouras de cereais e café, além da pecuária.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1973.

(a) Alvaro Dias

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. seja encaminhado expediente aos Exmos. Srs. Secretário de Educação e Cultura, Cândido Martins de Oliveira e M.M. Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Professor Ascêncio Garcia Lopes, encarecendo a necessidade da imediata criação de um curso de agronomia naquela Universidade.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1973.

(a) Olavo Ferreira

#### JUSTIFICATIVA:

A necessidade da criação imediata de uma Faculdade de Agronomia na Região Norte do Estado é óbvia. Londrina tendo já a sua Universidade, ainda não conta com tal curso superior. Daí as razões do nosso apelo.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Tenho a satisfação de anunciar a presença, no Plenário da Casa, do Sr. Deputado Federal José Ancar Furtado.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.



O nosso objetivo na Tribuna é tornar público o protesto que dirigimos, ao Egrégio Tribunal Superior Eleitoral em nome do Movimento Democrático Brasileiro, a propósito do cancelamento das eleições marcadas para o Município de Francisco Alves.

Antes de fazer o registro que venha dar a publicidade requerida desejamos, Sr. Presidente, consignar nossa estranheza e as dificuldades que encontramos para o estudo da matéria por não termos achado na Casa o processo legislativo que criou o Município de Francisco Alves. Para que pudéssemos fazer o exame da matéria em debate, em que responsabilidades têm sido imputadas inclusive ao Poder Legislativo, tivemos que colher material esparsos nas Comissões a fim de que pudéssemos ter uma idéia e firmar uma convicção estruturada nos atos mais importantes praticados naquele processo legislativo. Não se encontra, pois, nenhuma justificativa para que justamente, esse processo, o da criação do Município de Francisco Alves, não se ache devidamente enquadrado na Casa. Fica nossa estranheza e a esperança de providências imediatas sejam tomadas para que o restaurem ou para que façam com que esses referidos autos voltem ao lugar que, por direito, devem permanecer.

Sem objetivo político partidário, porque entendemos despretenciosamente, que o episódio interessa, indistintamente, a todos aqueles que esperam a restauração democrática em nosso País, dirigimos ao Excelentíssimo Sr. Dr. Ministro Jacy Faício, Presidente do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, o seguinte ofício: — (Lê)

"Sr. Presidente, venho de público à honrosa presença de V. Exa., externar-lhe o veemente protesto do Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro do Paraná, na qualidade de seu Presidente, ante a decisão dessa egrégia Corte que cancelou o pleito municipal de Francisco Alves, marcando para o dia 15 de novembro último — não que o ilustrado aresto deixe de ter o amparo da lei, é irrestritamente fundado na lei, devendo-se reconhecer, preliminarmente, que o Município de Francisco Alves deveria ter sido criado já em 1971 e não o foi. Criado em 1972, pela Lei Estadual n.º 6.314, de 24 de agosto, esta fixou, em seu artigo 3.º a data de sua vigência, ao dizer:

"Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1975, revogadas as disposições em contrário". (Diário Oficial do Estado, edição de 28-8-72, n.º 124, pág. 1a.).

A 27 de outubro de 1972, a Lei mencionada sofreu alteração em seu artigo 3.º, cuja redação ficou sendo esta:

"Artigo 3.º — A presente lei entrará em vigor na data em que obtiver a aprovação de que trata o artigo 1.º, parágrafo único, do Ato Complementar n.º 46, de 7 de fevereiro de 1969". (Diário Oficial do Estado, n.º 168, página 1a., edição de 31-10-72)".

Acontece que a aprovação a ser obtida em obediência ao texto acima mencionado, devo-lo-ia ter sido previamente, segundo ressalta do aludido parágrafo único, do artigo 1.º do Ato Complementar n.º 46:

"Nenhuma modificação poderá ser feita, na organização administrativa e judiciária, a que se refere este artigo, sem prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministro da Justiça".

"Mas, Sua Excelência o Presidente da República, não assistido pelo Sr. Ministro da Justiça, autorizou a criação do Município, e os Poderes Executivos do Paraná e da União, afinados no mesmo ponto de vista, entenderam que, desde logo, a nova Comunidade deveria ser instalada de forma escoreita, pois se suprimiu a ausência do consentimento presidencial, como nos casos em que a sanção do Executivo convalida a falta de competência para iniciativa de determinadas leis, de acordo com a súmula n.º 5 do Supremo Tribunal Federal.

O egrégio Tribunal Regional Eleitoral, tempestivamente, deferiu o pedido do Governo do Estado e marcou as eleições.

Fluíram todos os prazos sem que houvesse qualquer impugnação ou recurso.

O povo de toda uma célula municipal foi convocado para escolher seus governantes: Prefeito e Vereadores. E acorrendo ao chamado das urnas, toda uma população de deslumbrava ante a prática democrática que se desenvolvia.

Neste período, sem horizontes políticos, entre nuvens escarceadas, enxergava-se em Francisco Alves o raiar do Sol da Liberdade.

O empenho dos partidos políticos, do povo e dos candidatos atraía as atenções gerais do País, como vivo exemplo de que os brasileiros querem e sabem escolher seus governantes: vencesse ou não a Oposição, a grande vencedora do pleito seria a causa democrática.

O cancelamento das eleições, às vésperas de sua efetivação, "data vênica", se constituiu no episódio histórico mais absurdo desta década.

O abortamento de tal processo eleitoral, que seria aceitável sob todos os aspectos, esteve ao alcance do colendo Tribunal Superior Eleitoral desde o momento em que a preclara Justiça Eleitoral do Paraná publicou a sua designação. Mas, o processo eleitoral foi crescendo, tomou forma, atingindo sua plenitude, e aquilo que poderia ter sido uma medida necessária, se aplicada de início, se configurou num crime ante os olhos atônitos do Paraná. E nos arrazoados com que alguns pretendem justificar o ato inibidor, envolve-se o Poder Legislativo, acusando-se-lhe ao lado do Poder Executivo, como culpados da ilegalidade em que se fundou o acórdão do Superior Tribunal Eleitoral.

Duas estrondosas injustiças: o cancelamento das eleições e a imputação de responsabilidade à Assembleia Legislativa.

No Brasil a Justiça Eleitoral sempre se caracterizou pela sua complacência: mesmo ao ser provocada pelas partes interessadas, suas decisões são radicalmente no sentido de procurar garantir os pleitos, a fim de ser esculpida a vontade soberana do povo. Por isso a lei sempre foi flexivelmente usada: quantas eleições teriam sido anuladas sob a aplicação dura da lei em todas as que se convalidaram desde a primeira República?

E ademais, que se entende, hoje, neste País, por aplicação da lei? Que é lei no Brasil? que definição será capaz de traduzir claramente o que seja lei, quando, acima da lei existe a vontade do homem e se misturam leis democráticas com decretos ditatoriais?

De que modo, pois, falar-se em observância da lei, como argumento para anular uma eleição municipal, sob o fundamento de uma discutível tempestividade, pois a justiça pode mais do que a lei, se vivemos num Estado em que a República, cujo suporte é o primado da lei, foi substituída por um sistema em que prevalece o arbítrio?

Ora, se a princípio o consentimento foi unânime, e o próprio TSE aceitou tacitamente a designação de tais eleições, após a autorização do Senhor Presidente da República, num entendimento com o Governo Estadual que é de todo desconhecido do Partido da Oposição, como cancela-las 12 horas antes de sua realização? Se nenhuma codificação estabelece para qualquer

ato judicial — prazo inferior a 24 horas, o que se praticar fora de tais limites não constitui, porventura, violento atentado?

Este é um momento em que, colocando-se contra a unanimidade do povo paranaense, de seus governantes, de seus partidos políticos, o egrégio Tribunal Superior Eleitoral dessagra-se na luta pela redemocratização da Pátria. E, em que erram os que pretendem inculpar a Assembleia Legislativa do Paraná. Como ficou visto, a Lei Estadual n.º 63.14, sancionada e publicada, criou o Município de Francisco Alves e subordinou sua instalação aos termos do supracitado artigo terceiro, posteriormente modificada para, entende-se facilmente, abreviar a data de instalação do novo Município. O que mais se diga a respeito é a adulteração da verdade. E se, posteriormente, com a participação da Presidência da República, foram marcadas as eleições municipais, sem as quais não se instalaria o Município de Francisco Alves, o Poder Legislativo, em razão da sua competência nenhuma outra participação teria senão a de dar todo o prestígio ao pleito, como realmente o fez. A vista do exposto, Emérito Ministro Presidente, sem embargo do alto respeito que sempre nos mereceu esse Egrégio Pretório, é, por igual, sem embargo do ardor com que o MDB defendeu na sua programática intangibilidade do Poder Judiciário, o V. Acórdão que cancelou as eleições marcadas para 15 de novembro de 73, em Francisco Alves, de efeitos surpreendentes e intempestivos, se tornou gritantemente injusto e serviu de instrumento a todos aqueles que por qualquer meio, inclusive pelo desrespeito à lei, pela hipocrisia e pelos seus interesses, inconfessáveis e imediatistas, sendo os verdadeiros inimigos da democracia, procuram, procuram trazer a descrença e o desamor do povo pelo regime que consagra a Liberdade como um de seus mais patrióticos alicerces. São as razões deste protesto, que apresento a V. Exa., juntamente com as costumeiras Saudações Democráticas.

Ass. José Muggiati Filho — Presidente do Diretório Regional do MDB do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por dois motivos, assomamos à Tribuna na tarde de hoje. O primeiro, Sr. Presidente, é para fazer um agradecimento, agradecimento que não haveria necessidade de fazê-lo. Mas, como todos sabem, os Senhores Deputados, na sua maioria, contribuíram com a importância de 2 mil e 500 cruzeiros para que se fizesse uma campanha em Curitiba, a fim de que todos tivessem a Bíblia, a palavra de Deus, "Esta é a resposta". Esta campanha foi feita através de D. Pedro Fedalto, onde os Srs. Deputados contribuíram na sua maioria. D. Pedro Fedalto teve a gentileza de enviar a todos aqueles que contribuíram com esta campanha, e parece que todos, ou quase todos nós temos uma numeração muito grande, de Srs. Deputados que assinaram aqui, fazendo este agradecimento. Ele nos enviou uma Bíblia com a mesma dedicatória a todos os Srs. Deputados.

"Ao prezado amigo Olavo Ferreira com estima e reconhecimento".

Sr. Presidente, acho que se nós tivéssemos a Bíblia, não fechada, mas aberta, na nossa mesinha de cabeceira, ao invés de ter "O Príncipe de Maquiavel", ou "O Crime e Castigo", de Dostoiévski, acho que havia muito mais compreensão, muito mais entendimento, havia muito mais paz, muito mais felicidade na criatura humana. Nós encontraríamos muitas respostas para as nossas inúmeras indagações das nossas vidas cotidianas.

Portanto os nossos agradecimentos a Pedro Fedalto, pelo envio do "Livro Sagrado" e pela oportunidade que nos deu de contribuir, todos nós, Deputados, para esta grande campanha que foi encetada em Curitiba. Realmente, para nós cristãos, que somos, a "Bíblia" é a resposta. E estamos enviando aqui, para que seja comunicado a S. Revma. Arcebispo de Curitiba, o Requerimento assinado por todos os Srs. Deputados que hoje se encontram presentes, parece-me que 25; agradecendo e achando que a Bíblia é sem dúvida a orientação mais segura que nós podemos ter para as nossas vidas, principalmente para aqueles que estão aqui nas lides parlamentares.

Sr. Presidente, o segundo Requerimento que nós vamos entregar à Casa é o seguinte: é comentar uma entrevista, uma das melhores de que temos lido ultimamente e que saiu publicada na "Folha de Londrina", do Superintendente do Ensino Superior do Paraná, o Sr. Labatut.

— Li, na "Folha de Londrina", do dia 14 deste mês, numa reportagem muito bem elaborada, muito clara, ele afirma que não há reforma sem harmonia dos Ensino Médio e Superior. E ele nos traz um grande contentamento, porque ele nos faz referências elogiosas aqui à Universidade de Londrina. Quando nós temos uma classe, nós temos uma percentagem modesta mas significativa de contribuição. Pois a Faculdade de Medicina e de Ciências Econômicas e Contábeis, teve a nossa colaboração para a sua criação. Ele diz o seguinte: "Depois de conhecer a Universidade, visitando todos seus Departamentos, o Professor Labatut, juntamente com o Professor Gurgulino de Souza, Diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) e do MEC, ele voltou-se para os congressistas e disse àqueles que haviam interpelado, que a resposta para se fornecer uma perfeita Universidade era conhecer a Universidade de Londrina; pois ela é, na sua opinião, uma das melhores do País. Labatut ainda diz que o grande mérito da vinda do Presidente, que era para instalar a Universidade e, infelizmente não pode acontecer, pelo mau tempo reinante naquela dia, foi pelo reconhecimento de uma Universidade que honra o ensino do nosso Estado e do nosso País.

O Superintendente do Ensino Superior diz que a posição privilegiada da Universidade de Londrina devia-se ao trabalho de equipe. Tudo é resultado do esforço dos coordenadores, dos Diretores e dos Professores e ressalta a figura do Reitor, Dr. Ascencio Garcia Lopes, que é um grande Reitor e que possui uma grande equipe; uma equipe extraordinária; existindo um perfeito entrosamento no seu trabalho; este é o segredo do sucesso da organização administrativa da Universidade de Londrina.

Depois, não falo aqui sobre a grande responsabilidade que vai ter a Universidade, e o seu Conselho na indicação do próximo ano, do seu Reitor, que deverá ser um homem desprendido, um homem que vá para lá com o mesmo espírito empreendedor, como foi o atual responsável pela Reitoria, Dr. Ascencio Garcia Lopes, um que queira realmente, administrar, que queira trabalhar, não alguém que queira apenas um lugar, um emprego. Ele analisa muito bem as funções de um Diretor. E acentua, mais adiante: "É notável a ampliação de cursos e áreas na Universidade de Londrina, graças a própria dinâmica da reforma". Ai, o próprio Professor Labatut diz: "É injustificável o Norte do Paraná não contar ainda com uma Faculdade de Agronomia, dada a sua condição de grande produtor agrícola". Porém, não há ainda, no Norte, uma Faculdade de Agronomia. "Já se programa o início do Curso de Veterinária, o que, sem dúvida, auxiliará bastante o setor da pecuária".

Mas, gostaríamos de dizer, nesta oportunidade, e os Srs. Deputados têm conhecimento de que apresentamos aqui, nesta Casa, um Projeto de Lei visan-



do que seja dado parte da Fazenda Experimental de Iporã, 12 alqueires ficariam para o DER; 8, para Iporã, para fazer seu Horto Florestal e 80 alqueires deveriam ser doados à Universidade de Londrina, para ali ser desenvolvido o Curso de Veterinária, o curso que será, naturalmente, criado o ano que vem. E não há necessidade mais de aprovação do Conselho Estadual, porque a Universidade Estadual de Londrina é reconhecida pelo Governo Federal. Então, não há necessidade da aprovação do Conselho. Então, com esses 80 alqueires, melhor se poderia desenvolver a atividade no setor da veterinária. E o novo Curso de Agronomia, que, como diz o professor Labatut, "É injustificável o Norte do Paraná não contar ainda com uma Faculdade de Agronomia".

"Salientando a importância do entrosamento do Ensino Médio com o Superior, Labatut fala sobre as implicações entre os dois níveis na reforma: "O objetivo da reformulação no Ensino Médio é, como se sabe, proporcionar condições para que o aluno aprenda alguma coisa útil e prática, para trabalhar já como um profissional de nível médio (técnico de nível médio) terminados os estudos secundários. E isso ocorre através de cursos profissionalizantes implantados pela reforma".

"A Universidade de Londrina, diz o professor Labatut, está desenvolvendo vários desses cursos, cuja natureza, obviamente, é determinada por levantamentos e pesquisas das características regionais. São cursos assim específicos. A própria reforma facilita a criação desses cursos, uma vez que, após cinco anos de funcionamento (depois do reconhecimento) a Universidade poderá instituir somente com a aprovação do Conselho Estadual de Educação, a quem é facultada essa capacidade pelo MEC. Isso para o Sistema Estadual de Ensino uma vez que as Faculdades particulares, naturalmente, deverão reconhecer aprovação do Governo Federal".

(Lendo): "O Superintendente diz que no Paraná uma centralização como esta é inviável, porém a tendência é a consolidação cada vez mais intensa, estuda-se, inclusive, a criação de polos regionais, (polos geo-educacionais) de acordo com as características socio-econômicas de cada Região.

Ao se criar uma Faculdade no interior, ela funcionará como uma extensão no polo da Universidade coordenadora. Isso traz inúmeras vantagens, principalmente o bom nível do ensino, uma vez que é mais fácil o trabalho do corpo docente assim distribuído.

Londrina já tem o seu campus — prossegue ele — Ponta Grossa já tem 110 alqueires para seu campus e Maringá também possui o seu. O Paraná tem 200 km<sup>2</sup> e 12 Escolas Isoladas e 3 Universidades no Interior, duas em Curitiba (a Federal e a Católica). Para se criar um órgão coordenador há dificuldades. Porém, é viável a criação de polos. A rede estadual cresceu extraordinariamente nos últimos três anos, uma vez que as três Universidades do Interior foram fundadas praticamente de 1969 para cá. E aumentou cada vez mais. Para se ter uma idéia, de 1964 para cá, o Ensino Superior no País cresceu de 1 para 7, em relação ao período anterior. No Paraná a média de crescimento foi maior do que isso. Só a Universidade de Londrina tem quase 5 mil alunos. Seu Curso de Medicina proporciona serviço para 40 Municípios da Região. É enorme a influência positiva das Universidades no progresso técnico. O Estado está investindo somas vultosas no Ensino Superior e o resultado aí está. A formação de mão de obra técnica é imprescindível para a implantação de indústrias. Sem os técnicos como funcionarão as indústrias? E essa capacitação quem dá é a Universidade; seu fator de progresso é incalculável. Em Londrina poderia se criar (isso está previsto dentro da reforma) cursos como engenharia eletrônica, engenharia mecânica, engenharia operacional, engenharia de campo (profissionalizantes de nível operacional) com três anos de duração, reforçando esse importante setor".

Assim Sr. Presidente, Srs. Deputados, é essa uma entrevista com profundidade feita pelo Professor Labatut. Portanto, nossos aplausos para um homem que está ocupando uma posição que conhece com profundidade o Ensino no Paraná.

Hoje, então, fazemos dois apelos: um em que nos congratulamos com S. Exa. pela sua entrevista e fazemos, ao mesmo tempo, um apelo ao Sr. Secretário de Educação e ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Professor Garcia Lopes, encarecendo a criação imediata do Curso de Agronomia naquela Universidade.

Tenho impressão de que, com esse Curso, vai ser completada aquela Universidade, que hoje abriga perto de 5 mil alunos e que, dentro de 3 anos, abrigará perto de 10 mil alunos.

Portanto, eram esses Requerimentos, um para o Professor Labatut, outro para a Universidade de Londrina e o Secretário de Educação e outro para D. Pedro Pedalto, com nossos sinceros agradecimentos. Solicito ainda que seja transcrito nos Anais desta Casa a entrevista publicada na "Folha de Londrina", dada pelo Professor Labatut, com o seguinte título: "Não há reforma sem harmonia entre ensinos médio e superior".

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pediria a V. Exa. a fineza de autorizar o Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, porquanto parece que não há quorum no Plenário.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados, requerida pelo Sr. Deputado Domício Scaramella.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam à chamada nominal 29 Srs. Deputados, há quorum para votar a matéria constante da Ordem do Dia.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51-73, de autoria do Dep. Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Munhoz de Mello, o prédio de madeira onde funciona o Grupo Escolar Engenheiro José Faria Saldanha. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 247-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 85-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva instituir a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 250-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 88-73, encaminhando anteprojeto de Lei, solicitando autorização para permutar mediante prévia avaliação, área de terreno da gleba Maringá, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes n.ºs. 1 a 10, do Jardim Clementino, no Município de Marialva, de propriedade da Firma Indus-

trias de Óleos Nata S/A. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 88-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município da Lapa, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas orçamentárias do respectivo Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176-73, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues Jr., que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Francisco Beltrão, os lotes n.ºs. 01 a 06, da Quadra 176 e o lote n.º 04 da quadra n.º 181, localizados na sede do referido Município e pertencente à Polícia Militar do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210-73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública a Obra Social Dom Camilo, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 21-73, aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Carlópolis, Guarapuava, Santa Amélia, Palmas, Jussara e Maringá, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 50-73

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Carlópolis, Guarapuava, Santa Amélia, Palmas, Jussara e Maringá, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

Sebastião Rodrigues — Relator

#### COMISSÃO DE POLÍCIA PARECER

##### AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 50-73

1 — A proposição em estudo, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, origina-se da Mensagem Governamental n.º 6-73, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios de Carlópolis, Guarapuava, Santa Amélia, Palmas, Jussara e Maringá, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

2 — Quanto aos aspectos legal, constitucional e financeiro, esta proposição devidamente estudada, já mereceu pareceres favoráveis das doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Quanto ao mérito e considerando o interesse público na aprovação das medidas ora submetidas a esta Augusta Casa, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1973

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

Nelson Buffara — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER A PROPOSIÇÃO N.º 21-73

Para dar cumprimento ao disposto no item VII, do Artigo 22, da Constituição Estadual, o Senhor Governador encaminha Mensagem a esta Casa, transformada na Proposição ora em exame, com o fim de colher aprovação para os convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os Municípios de Carlópolis, Guarapuava, Santa Amélia, Palmas, Jussara e Maringá, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

A proposição é escorreita constitucional e legalmente, por isso somos pela sua aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 27-6-73

(aa) Antônio Costa — Presidente

Sebastião Rodrigues — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARECER

##### AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 50-73 — Ex-Proposição n.º 21-73

1 — A presente proposição, de autoria da douda Comissão de Constituição e Justiça, origina-se da Mensagem Governamental n.º 6-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios de Carlópolis, Guarapuava, Santa Amélia, Palmas, Jussara e Maringá, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

2 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar nesta oportunidade, não vemos qualquer impedimento que se lhe anteponha, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1973

(aa) Quilise Crisóstomo — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Ass. ilegível)



MENSAGEM N.º 6-73

Curitiba, 16 de fevereiro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Carópolis, Guarapuava, Santa Amélia, Palmas, Jussara e Maringá, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o cessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Carópolis - Pr., com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

As 07 (sete) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Homero Ravedutti, Prefeito Municipal de Carópolis - Pr. (Interventor Federal), tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

— A Prefeitura Municipal de Carópolis, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares, substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 07 de novembro de 1972.

Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Homero Ravedutti — Prefeito Municipal de Carópolis

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

As treze (13) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Doutor Moacyr Silvestri, Prefeito Municipal de

Guarapuava, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do Artigo 4.º, do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Guarapuava em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento do implemento ou acessórios indispensáveis à atividades dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica Municipal conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 13 de setembro de 1972.

Mario Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

(Assinatura ilegível)

Prefeito Municipal de Guarapuava

(Assinatura ilegível)

Testemunha

(Assinatura ilegível)

Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santa Amélia, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento do equipamento para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

As 25 dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Paulino Baptistone, Prefeito Municipal de Santa Amélia, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização Governamental de 21-7-72, publicados no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:



**CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56) nos termos do artigo 4.º do Código do Processo Penal e Decreto Estadual n.º 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da Administração Polícia Civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos, ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividades dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária, e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA — Celeridade e Apoio**

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 25 de outubro 1972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança

Paulino Baptistone

Prefeito Municipal de Santa Amélia

(Assinatura ilegível)

Testemunha

(Assinatura ilegível)

Testemunha

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Palmas, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Oscar Röcker, Prefeito Municipal de Palmas, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72 resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56) nos termos do artigo 4.º do Código do Processo Penal e Decreto Estadual n.º 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, estrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Palmas, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos, ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento do implemento ou acessórios indispensáveis à atividades dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária, e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio**

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 31 de outubro de 1972

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Oscar Röcker

Prefeito Municipal

(Assinatura ilegível)

Testemunha

(Assinatura ilegível)

Testemunha

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA****CONVÊNIO**

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Jussara, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Geraldo Scramin, Prefeito Municipal de Jussara, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-7-72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos entre outros, de apuração de infrações



penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através do prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Jussara, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicações, digão, radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares e equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efeito deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegação de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 19 de janeiro de 1.973.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança

Geraldo Scramin

Prefeito Municipal

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

##### ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE CONVÊNIO que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura do Município de Maringá, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção dos mesmos.

Aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Senhor Secretário, presentes o Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Dr. Adriano José Valente, Prefeito Municipal de Maringá, tendo em vista o que preceitua o Artigo 113 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Maringá - Pr., em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos;

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 11 de setembro de 1972

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública do Paraná

Adriano José Valente — Prefeito Municipal de Maringá

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 273-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvario Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Direção da Copel, visando do providências no sentido de dotar de energia elétrica os Distritos de Santa Mariana, Linha Seca e Santa Salete no Município de Manoel Ribas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do dia 23 de novembro, dos Projetos de Lei n.ºs. 217-73, 220-73 e 221-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria de diversos Srs. Deputados, solicitando seja consignado em Ata o agradecimento desta Casa, ao Reverendíssimo Arcebispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto, pelo envio aos seus componentes de belíssimo exemplar da Bíblia Sagrada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, bem como ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina, encarecendo a necessidade da imediata criação de um Curso de Agronomia naquela Universidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor Edwaldo Labatut, Superintendente do Ensino Superior no Paraná, pela entrevista concedida à "Folha de Londrina", sob o título "Não há reforma sem harmonia entre ensinamentos médio e superior". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct e Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando votos de congratulações e louvor ao Sr. Deputado Iris Caldart, e aos funcionários Fausto Luiz Abry, Flodoaldo Trindade, Gerson Nemes, Antônio Sebastião da Cunha Gebran e Laertes Luiz Foggiato, por haverem concluído o Curso de Segurança e Desenvolvimento, da Delegacia da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, no Paraná. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, lembrando a Sessão Extraordinária para amanhã, dia 22, às 15.00 horas para a composição do Colégio Eleitoral.

Marcando ainda outra Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 23, às 10.00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 154-73, 178-73, 247-73, 250-73, 233-73 e 244-73.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 51-73 e de Lei n.ºs. 176-73 e 210-73.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs. 55-73, 59-73, 63-73, 66-73 e Projetos de Lei n.ºs. 248-73, 217-73 e 221-73.

Levanta-se a Sessão.